



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas e Letras

PARECER Nº 183/2021/UAECHL-REJ/REJ
PROCESSO Nº 23070.008428/2021-13
INTERESSADO: UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO

A Comissão de Heteroidentificação da Universidade Federal de Jataí, em atendimento à demanda da Unidade Acadêmica Especial de Educação, para atuar no Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor do Magistério Superior na área de Metodologias, Formação de Professores e Estágio Curricular Obrigatório, de que trata o Edital Específico nº 06/2021, realizou entrevista para fins de aferição das características fenotípicas dos candidatos **ANDERSON ORAMÍSIO SANTOS** e **DEISE RAMOS DA ROCHA** no dia 30 de novembro de 2021.

Destaca-se que a reserva de vagas para candidatos negros em concursos públicos federais por meio da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, é legítima e constitucional, conforme declarou o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) 41:

“1. É constitucional a Lei nº 12.990/2014, que reserva a pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta, por três fundamentos.

1.1. Em *primeiro lugar*, a desequiparação promovida pela política de ação afirmativa em questão está em consonância com o princípio da isonomia. Ela se funda na necessidade de superar o racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira, e garantir a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente.

1.2. Em *segundo lugar*, não há violação aos princípios do concurso público e da eficiência. A reserva de vagas para negros não os isenta da aprovação no concurso público. Como qualquer outro candidato, o beneficiário da política deve alcançar a nota necessária para que seja considerado apto a exercer, de forma adequada e eficiente, o cargo em questão. Além disso, a incorporação do fator “raça” como critério de seleção, ao invés de afetar o princípio da eficiência, contribui para sua realização em maior extensão, criando uma “burocracia representativa”, capaz de garantir que os pontos de vista e interesses de toda a população sejam considerados na tomada de decisões estatais.

1.3. Em *terceiro lugar*, a medida observa o princípio da proporcionalidade em sua tríplice dimensão. A existência de uma política de cotas para o acesso de negros à educação superior não torna a reserva de vagas nos quadros da administração pública desnecessária ou desproporcional em sentido estrito. Isso porque: (i) nem todos os cargos e empregos públicos exigem curso superior; (ii) ainda quando haja essa exigência, os beneficiários da ação afirmativa no serviço público podem não ter sido beneficiários das cotas nas universidades públicas; e (iii) mesmo que o concorrente tenha ingressado em curso de ensino superior por meio de cotas, há outros fatores que impedem os negros de competir em pé de igualdade nos concursos públicos, justificando a política de ação afirmativa instituída pela Lei nº 12.990/2014.”

Ressalta-se que a Comissão de Heteroidentificação aferiu as características fenotípicas dos candidatos a partir da autodeclaração assinada diante da banca de heteroidentificação, na qual consta:

“Para o fim específico de atender ao item 8 do Edital de Condições Gerais nº 5/2021, eu (...) inscrito(a) no Concurso Público de provas e títulos para preenchimento de vaga de Professor do

Magistério Federal para a UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ na área de Metodologias, Formação de Professores e Estágio Curricular Obrigatório, Edital Específico nº 06/2021 (...) Estou ciente de que se for detectada falsidade desta declaração, estarei sujeito às penalidades legais, inclusive de eliminação deste Concurso, em qualquer fase, e de anulação de minha nomeação (caso tenha sido nomeado (a) e/ou empossado(a)) após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o direito ao contraditório e a ampla defesa.”

Não foram considerados, para fins do processo de heteroidentificação, laudos médicos, registros, documentos pretéritos, imagens e certidões que se refiram à confirmação de heteroidentificação em processos anteriores, conforme dispõe o Art. 9º da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018 e seus parágrafos que disciplinam:

“Art. 9º - A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo candidato no concurso público.

§ 1º - Serão consideradas as características fenotípicas do candidato ao tempo da realização do procedimento de heteroidentificação.

§ 2º - Não serão considerados, para os fins do caput, quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes a confirmação em procedimentos de heteroidentificação realizados em concursos públicos federais, estaduais, distritais e municipais.”

É importante destacar, ainda, que, para além dos critérios definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a autodeclaração, segundo o Art. 3º da Portaria Normativa nº 4, de 6 de abril de 2018, não possui valor absoluto, sendo relativa sua presunção de veracidade.

“Art. 3º - A autodeclaração do candidato goza da presunção relativa de veracidade.”

O Supremo Tribunal Federal, também na ADC 41, declara legítima a utilização de mecanismos de verificação como a heteroidentificação, não restando dúvida sobre a legitimidade de atuação da Comissão de Heteroidentificação da UFJ.

“a fim de garantir a efetividade da política em questão, também é constitucional a instituição de mecanismos para evitar fraudes pelos candidatos. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação (e.g., a exigência de autodeclaração presencial perante a comissão do concurso), desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.”

Para esclarecer, no procedimento de heteroidentificação são aferidas, no conjunto de características físicas visíveis dos candidatos, a cor da pele associada às demais marcas ou características da população negra (formato do nariz, textura de cabelos e lábios) que, em conjunto, atribuem ao sujeito a aparência racial negra, cotejadas nos contextos relacionais locais. No caso específico dos candidatos, apresentam-se visivelmente características típicas da população negra. Desse modo, conclui-se que os candidatos possuem traços fenotípicos que os habilitem como sujeito de direito da política de reserva de vaga com critério étnico-racial.

Com base no exposto acima, a Banca de Heteroidentificação considera procedente a participação dos candidatos como negros no Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de

Professor do Magistério Superior na área de Metodologias, Formação de Professores e Estágio Curricular Obrigatório, de que trata o Edital Específico nº 06/2021.

Humberto Borges

Coordenação de Ações Afirmativas

Thiago André Carreo Costa

Presidente da Comissão de Heteroidentificação



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Borges, Coordenador**, em 01/12/2021, às 17:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago André Carreo Costa, Professor do Magistério Superior**, em 03/12/2021, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2540390** e o código CRC **FD5B7878**.